

Counter-Islamophobia Kit

Key National Messages: Portugal

**Dr Max Ruben Ramos, Dr Silvia Rodríguez Maeso
and Dr Marta Araújo**

September 2018

Countering Islamophobia through the Development of Best Practice in the use of Counter-Narratives in EU Member States.

CIK Project (Counter Islamophobia Kit)

Dr Max Ruben Ramos, Dr Silvia Rodríguez Maeso and Dr Marta Araújo

Key National Messages – Portugal

CERS, 2018

This publication has been produced with the financial support of the Rights, Equality and Citizenship (REC) Programme of the European Union. The contents of this publication are the sole responsibility of Dr Max Ruben Ramos, Dr Silvia Rodríguez Maeso and Dr Marta Araújo and can in no way be taken to reflect the views of the European Commission



Co-funded by the Rights, Equality and Citizenship (REC) Programme of the European Union

Counter-Islamophobia Kit



About the CIK Project

The *Countering Islamophobia through the Development of Best Practice in the use of Counter-Narratives in EU Member States* (Counter Islamophobia Kit, CIK) project addresses the need for a deeper understanding and awareness of the range and operation of counter-narratives to anti-Muslim hatred across the EU, and the extent to which these counter-narratives impact and engage with those hostile narratives. It is led by Professor Ian Law and a research team based at the Centre for Ethnicity and Racism Studies, School of Sociology and Social Policy, University of Leeds, UK. This international project also includes research teams from the Islamic Human Rights Commission, based in London, and universities in Leeds, Athens, Liège, Budapest, Prague and Lisbon/Coimbra. This project runs from January 2017 - December 2018.

About the Paper

This paper is an output from the third workstream of the project which was centred on describe the key national messages pertaining to Islamophobia and countering-Islamophobia in each context considered in the framework of this project: Belgium, Czech Republic, France, Germany, Greece, Hungary, Portugal and United Kingdom. The key national messages, findings and toolkit, the Counter-Islamophobia Kit (CIK) will be disseminated to policy makers, professionals and practitioners both across the EU and to member/regional audiences using a range of mediums and activities.

©CIK

The CIK consortium holds copyright for the papers published under the auspices of this project. Reproduction in whole or in part of this text is allowed for research and educational purposes with appropriate citation and acknowledgement

Centre for Ethnicity and Racism Studies, 2018.

University of Leeds, Woodhouse Lane, Leeds, LS2 9JT, UK.

cik@leeds.ac.uk

www.cik.leeds.ac.uk

Workstream 3 | Mensagens-chave nos contextos nacionais

Portugal

Dr. Max Ruben Ramos, Dra. Silvia Rodríguez Maeso e Dra. Marta Araújo

Sumário Executivo

Este relatório apresenta os principais resultados da investigação realizada sobre as narrativas islamofóbicas e as contra-narrativas à islamofobia existentes em Portugal. A análise de conteúdo do discurso islamofóbico mais representativo incidiu sobre a literatura académica dominante, os meios de comunicação com presença *online*, a blogosfera e os comentários sociais no ciberespaço sobre o Islão e os muçulmanos, a partir do ano 2000 até à atualidade. A identificação das contra-narrativas à islamofobia e dos seus impactos públicos basearam-se principalmente na avaliação de várias intervenções políticas e legais contemporâneas, na análise de notícias e nos testemunhos e reflexões dos participantes na investigação, incluindo representantes políticos, ativistas, assistentes sociais, representantes de organizações islâmicas, jornalistas e académicos.

Mensagem-chave 1 | A construção dos muçulmanos como bárbaros e pré-modernos. As narrativas islamofóbicas dominantes transmitem e reforçam a ideia de que há uma intrínseca incompatibilidade entre o Ocidente/Europa/Portugal e o Islão. Nessa dicotomia, os muçulmanos são retratados como violentos e irracionais, e, conseqüentemente, como propensos ao “fanatismo religioso”, ao fundamentalismo e à tirania.

Mensagem-chave 2 | A população muçulmana não-liberal – tida como *inassimilável* – não tem lugar na Europa. A população muçulmana é representada pelos média e pelas correntes de pensamento dominantes como antiliberal e antiprogressista (designadamente, sexista e homofóbica) e, portanto, inassimilável – não tendo lugar na Europa. Simultaneamente, os discursos em torno da incompatibilidade entre o Islão e a Europa/o Ocidente consagram uma geopolítica eurocêntrica da igualdade de género, dos direitos LGBT e da liberdade de expressão.

Mensagem-chave 3 | O combate às representações negativas e falsas sobre o Islão e os muçulmanos. Há uma ignorância generalizada sobre o Islão e, sobretudo, uma lacuna profunda no ensino da história das religiões. O Islão e os muçulmanos são frequentemente sujeitos às representações preconceituosas nos médios de comunicação, nos manuais escolares e no discurso político. Tal facto precisa de ser revertido através de uma revisão sólida do currículo e dos manuais, da formação apropriada e da disseminação de conhecimento sobre o Islão, e passa por um diálogo, em circunstâncias de igualdade, com as organizações muçulmanas.

Mensagem-chave 4 | A contestação das relações de poder: narrativas históricas e os pactos políticos e legais. As práticas institucionalizadas de islamofobia, identificadas nos arranjos políticos e legais contemporâneos, estão profundamente enraizadas nos legados do colonialismo e no conhecimento eurocêntrico. Qualquer intervenção política que não invista profundamente na reversão desta situação trará provavelmente meras mudanças superficiais.

Mensagem-chave 5 | Para além da negação: possíveis horizontes no debate público sobre a islamofobia. A situação atual exige: 1) a abertura de um debate público sobre a islamofobia; e 2) a implementação de contramedidas eficazes que

desafiem a imagem de uma especificidade portuguesa (ou seja, a de que “aqui não há nenhum problema”) e que confrontem as experiências quotidianas de islamofobia institucionalizada.

Mensagem-chave 1 | A construção dos muçulmanos como bárbaros e pré-modernos

Os média desempenham um papel importante na construção de imagens, representações, ideias e narrativas sobre as populações humanas e as suas culturas. Em termos gerais, os meios de comunicação social portugueses e os discursos existentes no ciberespaço tendem a retratar os povos muçulmanos como bárbaros e pré-modernos. Por um lado, os muçulmanos são construídos como apresentando uma propensão para a violência. Por outro, os fazedores de opinião e os comentários nas redes sociais continuam a reproduzir a ideia de que há uma relação intrínseca entre o Islão e o fundamentalismo. Após o 11 de setembro de 2001, o denominado fundamentalismo islâmico e o terrorismo têm sido muito difundidos nos média e no discurso público. Por exemplo, em maio de 2016 foi lançada, na esfera pública portuguesa, uma campanha e uma petição pública contra a construção da nova mesquita no bairro da Mouraria, local onde vive e trabalha uma larga comunidade muçulmana da Ásia Meridional e da África Ocidental. Em termos gerais, a cobertura jornalística, as entrevistas (incluindo a opinião de especialistas), os artigos e os comentários nos média *online* sugeriram que a mesquita tornar-se-ia um lugar-chave onde o fundamentalismo islâmico, o extremismo, a radicalização e o terrorismo seriam estimulados. Esse discurso veio reforçar a ideia dos muçulmanos como uma ameaça à segurança nacional. O proselitismo emerge como outro tema, e é utilizado em particular pela extrema-direita, que difunde a imagem do Islão como uma religião de “fanáticos” que querem “invadir” a Europa, “reconquistar” a Península Ibérica, converter os “infiéis” e destruir o estilo de vida e “valores” ocidentais modernos. A população muçulmana é também vista como sendo constituída por pessoas que não aceitam ou obedecem às leis ocidentais, os princípios democráticos e o pensamento científico, preferindo ser governados pela tirania, pela teocracia e por uma fé *excessiva*. Esta narrativa é utilizada principalmente nos discursos sociais e políticos sobre os povos muçulmanos, retratando-os como propensos ao fanatismo religioso e aos regimes despóticos, enquanto o secularismo e a democracia são representados como valores intrínsecos das sociedades ocidentais. De acordo com a análise dos dados recolhidos na nossa

investigação, esses elementos são mobilizados como *prova* da “irracionalidade” dos muçulmanos.

Mensagem-chave 2 | A população muçulmana não-liberal – tida como *inassimilável* – não tem lugar na Europa

A imprensa, os utilizadores dos média *online* e alguns intelectuais têm frequentemente concentrado a sua atenção numa série de características que fariam dos muçulmanos uma população *inassimilável*, e, como tal, não tendo lugar na Europa. Uma das questões mais proeminentes é a questão da (não) igualdade de género e sexual no seio das chamadas *culturas muçulmanas*. Por um lado, um grande número de reportagens dos média tem associado a figura de homens muçulmanos à repressão e à exploração sexual. Além disso, o uso do véu/hijab/burqa e dos chamados “casamentos forçados” tendem a ser apresentados como provas de que as práticas culturais dos muçulmanos não superaram o seu carácter “retrógrado”. Por outro, as reportagens e os artigos de opinião, bem como os comentários nos jornais *online* e nas redes sociais, consagram uma geopolítica eurocêntrica dos direitos das mulheres e da liberdade sexual – ainda que se admita que nem sempre são respeitados no Ocidente. Assim, não só a comunidade muçulmana tem sido retratada como intolerante e homofóbica no que toca às temáticas LGBT mobilizadas pelos meios de comunicação sociais, como a análise dos média sobre este tema tem sugerido que o apoio das sociedades europeias aos direitos LGBT é usado como prova da superioridade ocidental, na qual noções como “liberdade sexual”, “progresso” e “democracia” prosperam. Ou seja, a temática do género e da sexualidade tende a ser apresentada como uma linha divisória entre os “civilizados” (ocidentais) e os “bárbaros” (muçulmanos). Outra narrativa dominante nos média está relacionada com a perceção de que o Islão, concebido como iliberal, é um obstáculo à liberdade de expressão. Este tema ocupou um papel central nos média em Portugal quer na cobertura do caso dos *cartoons* dinamarqueses em 2005 e 2006, quer no caso do ataque ao Charlie Hebdo, em 2015. Em ambos os casos, o discurso dominante enfatizou não somente que a liberdade de expressão é um princípio fundamental das sociedades ocidentais, mas também realçaram e

reproduziram uma concepção polarizada do Islão e do Ocidente. Por um lado, o Islão foi associado ao “fundamentalismo religioso”, à intolerância, à irracionalidade e à violência. O Ocidente, por outro lado, surge ligado ao secularismo, à tolerância, à razão e à liberdade. Consequentemente, os muçulmanos tendem a ser encarados como uma ameaça à “coesão social”, à liberdade de pensamento e de expressão nas chamadas democracias liberais ocidentais – sendo vistos como relutantes à “assimilação”. Tal baseia-se na suposição de que os muçulmanos são “estrangeiros” que devem ser “integrados” na chamada sociedade “anfitriã” – devendo para isso abandonar quaisquer características distintivas.

Mensagem-chave 3 | O combate às representações negativas e falsas sobre o Islão e os muçulmanos

Esta visão é partilhada por uma parte dos/as nossos/as entrevistados/as que interpretam a islamofobia como um preconceito individual e uma consequência da ignorância e da desinformação sobre os povos muçulmanos e a sua história, a cultura e a teologia islâmicas. Neste sentido, foram sugeridas algumas recomendações que podem ser utilizadas para desafiar e desmistificar estereótipos sociais relativos aos muçulmanos e ao Islão. Por exemplo, foi defendida a necessidade de as pessoas serem mais informadas acerca das tradições islâmicas e do Alcorão como um meio para se corrigir as perceções negativas relativamente a esta cultura. Além disso, referiram que é necessário incluir abordagens que enfatizem a existência de diferentes formas de interpretar o Alcorão e o Islão. Recomendaram de igual modo a criação de mecanismos públicos que promovam um intercâmbio entre a sociedade civil e as comunidades islâmicas como uma forma de dar mais visibilidade às actividades e à vida quotidiana dos muçulmanos. Estas propostas foram apresentadas enquanto uma forma de combater as representações negativas dos muçulmanos como violentos, intolerantes, “fanáticos”, irracionais, “inassimiláveis” e uma ameaça à “coesão social”. Outra recomendação formulada diz respeito à criação e à implementação de iniciativas específicas para contrariar o que os nossos interlocutores consideram ser a escassez de conhecimento sobre a diversidade religiosa e a tradição islâmica, bem como a falta de visibilidade e reconhecimento da cultura muçulmana no espaço público. Tais programas teriam como objectivo formar profissionais dos média e da educação, assim como os profissionais de instituições do Estado. No que concerne à “questão de género”,

sugeriram a implementação de diferentes abordagens para desafiar e combater as representações negativas e predominantes sobre os muçulmanos e o Islão. Neste sentido, argumentaram que é necessário promover um maior conhecimento sobre o percurso e o enquadramento histórico, político e cultural das mulheres muçulmanas na tradição islâmica. Mais ainda, alguns/as enfatizaram também que um maior conhecimento da ação dos movimentos feministas muçulmanos, conjugado com a mobilização de debates sobre os papéis de género no Islão, poderiam servir para desafiar a representação da mulher muçulmana como submissa e oprimida.

Mensagem-chave 4 | A contestação das relações de poder: narrativas históricas, pactos legais e políticos

Alguns dos nossos interlocutores entendem a islamofobia como uma relação de dominação. Assim, diversos participantes na investigação questionaram e denunciaram o que consideram ser práticas e políticas institucionalizadas de islamofobia. Em primeiro lugar, questionam as narrativas históricas que têm moldado o imaginário dominante da formação da nação e do Estado português. Mais especificamente, desafiam e problematizam a chamada *Reconquista* de Portugal, algo que tem sido disseminado nos manuais escolares, nas salas de aula e no imaginário social como sendo o evento central que criou a nacionalidade e a identidade portuguesas. Sendo assim, essa narrativa surge como meio privilegiado de projeção da população muçulmana como essencialmente *violenta, invasora, estrangeira* e *inimiga* do cristianismo, reforçando, assim, as noções binárias de “civilização” (portuguesa/europeia/cristã) e de “barbárie” (Islão/árabe/africano). Os entrevistados articularam essa narrativa com a discussão do colonialismo e os seus legados na estruturação da sociedade e das instituições portuguesas pós-coloniais. Vários participantes consideraram que o colonialismo desempenhou um papel crucial no processo de hierarquização das populações racializadas e na interseção entre “raça”, religião e classe. No seguimento desta análise, defenderam também que existe uma relação intrínseca entre a islamofobia e o colonialismo. Alguns participantes argumentaram ainda que combater a islamofobia implica combater os discursos, as práticas e as políticas que apoiam e estruturam as guerras

contemporâneas, como a chamada “Guerra Contra o Terror”. Foi sugerido também que a contestação dos acordos legais estabelecidos entre o Estado português e as instituições religiosas seria mais uma medida para combater a islamofobia. Neste contexto, a Concordata (revisada e retificada em 2004) é vista não apenas como um instrumento que reforça os privilégios concedidos à Igreja Católica, como também um aparato legal que reproduz as relações desiguais de poder entre o Estado português e as diferentes organizações e instituições religiosas. Estes arranjos legais revelam as contradições e os limites do secularismo e da lei de liberdade religiosa. Neste sentido, os interlocutores destacaram formas institucionalizadas de islamofobia que são silenciadas e minimizadas, e que têm lugar, por exemplo, no local de trabalho, no sistema educativo e na implementação limitada de medidas legais. Defenderam também que a islamofobia institucional encontra uma forte expressão nas denominadas políticas e medidas de combate ao terrorismo. Aqui, foi salientado que o discurso sobre a “radicalização” dos muçulmanos é uma outra forma de legitimar a racialização e a vigilância das comunidades muçulmanas.

Mensagem-chave 5 | Para além da negação: possíveis horizontes no debate público sobre a islamofobia.

A análise dos discursos dos média, dos comentários nos jornais *online* e nas redes sociais, das narrativas académicas dominantes e das intervenções legais e políticas colocam em relevo a ausência de um debate sólido sobre a islamofobia em Portugal – uma situação que pode ser constada também noutros contextos europeus examinados no projecto **CIK**. A comparação com outros estados europeus, que é comum em muitas discussões sobre o racismo e a discriminação, conduz frequentemente a um discurso autocomplacente no contexto português. A título de exemplo, destacamos alguns desses discursos: “aqui não há problema”; “nós não somos tão drásticos nas nossas políticas como os franceses e os alemães”; ou a confiança nos “números” e na “moderação”, devido à pequena percentagem que representa a população muçulmana no país e ao seu “perfil político” que não causam “alarmismo”. Estas propostas têm impedido uma interrogação sustentada de experiências de islamofobia e têm potenciado a ineficácia da implementação de medidas anti-discriminação. Uma hipótese de resolução possível para esta situação reside na mudança da abordagem até aqui predominante, que foca constantemente nos muçulmanos e no Islão como objetos de escrutínio – uma perspectiva que, como

a maioria dos participantes na investigação destacou, remete para uma discussão sobre estereótipos, deturpações e falta de conhecimento –, no sentido da promoção de um debate público sobre a islamofobia. Outro horizonte possível requereria um questionamento das interseções entre o racismo e a islamofobia, bem como dos legados do colonialismo no Portugal contemporâneo, que facilitassem a abertura de um espaço público seguro para o debate com os muçulmanos, indo para além das acusações de “radicalização” e da sua negação.

